

SUPERAÇÃO DO DUALISMO ENTRE FÉ CRISTÃ E COMPROMISSO TERRESTRE ATUALIDADE DE UM TEMA CENTRAL DA GAUDIUM ET SPES

Alvaro Barreiro

Introdução

Situando-se na dinâmica da intuição carismática de João XXIII ao convocar o Vaticano II, a "Constituição Pastoral sobre a Igreja no mundo de hoje" quis responder a uma dimensão essencial do programa conciliar de *aggiornamento* e pastoral do papa Roncalli. Ela é a expressão do esforço de reflexão feito pelo Padres conciliares, à luz da fé, sobre a natureza e a missão da "Igreja no mundo de hoje" e sobre os caminhos e as formas de serviço que ela deve prestar aos homens contemporâneos.

Pela primeira vez na história dos concílios, o Vaticano II escolheu como objeto direto de sua reflexão o mundo; mais particularmente, "o mundo de hoje". E o fez optando pelo método indutivo, isto é, partindo, metodologicamente, não dos dados da Revelação, mas da análise das características do "mundo atual". Esta opção foi muito criticada, dentro e fora da aula conciliar, argumentando-se que com tal opção o documento conciliar estaria ultrapassado depois de dez ou vinte anos, pois o mundo seria outro.

De fato, trinta anos depois do encerramento do Vaticano II, o mundo mudou muito, e mais depressa do que os Padres conciliares podiam

imaginar. Mas nem por isso os temas tratados na *Gaudium et spes* ficaram sem valor e sem importância para o nosso "mundo de hoje". É o que vamos tentar mostrar neste trabalho, refletindo sobre uma questão que, ao nosso ver, é central na Constituição Pastoral: a necessidade teológica e pastoral de superar o dualismo na relação da Igreja com o mundo; mais especificamente, na concepção teórica e prática da relação entre a fé cristã e o compromisso dos cristãos com a construção de um mundo mais justo, mais solidário e mais fraterno; em outras palavras, mais conforme com o desígnio salvífico de Deus.

1. A relação com o mundo é constitutiva da Igreja

A "Constituição Pastoral sobre a Igreja no Mundo de hoje" afirma, no próprio título, que a relação da Igreja com o mundo é essencial, é "constitutiva" da Igreja. Ser *Igreja-no-mundo* pertence à própria *constituição* teológica da Igreja. Negar essa relação, na teoria ou na prática, significaria negar uma dimensão constitutiva da própria essência da Igreja.

De fato, ao longo dos dois milênios da história da Igreja, essa relação foi vivida de formas muito diversas, ora predominando a negação ou a fuga do mundo, ora a inserção, o diálogo e a colaboração com o mundo. A partir da Revolução Francesa, por exemplo, a atitude predominante da Igreja com relação ao mundo — um mundo marcado pelos ideais da Ilustração — foi a de separação, de oposição e mesmo de confronto. Desde o início do século passado vinham sendo feitas, porém, repetidas tentativas de diálogo com o chamado "mundo moderno" por parte de grupos minoritários de católicos, particularmente sensíveis ao drama de uma Igreja que se enclausurava em si mesma numa mentalidade de *ghetto* ou de cidadela; na medida em que pretendia defender-se contra o mundo hostil, reforçando os bastiões da ortodoxia, nessa mesma medida incapacitava-se para levar a cabo sua missão no mundo.

A consciência da gravidade do divórcio entre a Igreja e o mundo, e da urgência de superá-lo, que vinha se aprofundando e ampliando na Igreja, desembocou no Concílio Vaticano II e expressou-se particularmente na Constituição *Gaudium et spes*. Respondendo à intuição e intenção profundas de João XXIII, o Concílio quis superar a atitude de separação e de oposição, fundamentando teologicamente a necessidade da abertura e de diálogo¹.

¹ Sobre as raízes e a longa gênese do conceito de *aggiornamento* e do programa conciliar de João XXIII, pode ser visto nosso estudo "A figura carismática de João XXIII e seu programa conciliar de *aggiornamento*", em *Síntese* I (1974) 21-40.

A Igreja, com efeito, não pode realizar sua missão de anunciadora e servidora do Evangelho fechando-se em si mesma e voltando as costas ao mundo real no qual vivem os homens que a formam e os homens aos quais é enviada. Tal atitude de introversão e de isolamento é absolutamente inaceitável para a Igreja se ela quiser ser: fiel à sua identidade e à sua missão de “sacramento da salvação”, isto é, de sinal visível e eficaz da comunhão dos homens com Deus e dos homens entre si; o fermento e a alma do mundo, a luz e o sal da terra (cf. LG 1; 9; 13,1; 31,2; 38; GS 1; 40,2.3.5; 44,1 etc.); fiel à sua identidade de Povo de Deus itinerante na história dos homens; a comunidade dos discípulos de Jesus, que receberam do Senhor ressuscitado o mandato de anunciar e de testemunhar a Boa Nova da sua vida, morte e ressurreição “a todas as nações” (Lc 24,47), “até os confins da terra” (At 1,3); se ela quiser, enfim, continuar sendo a comunidade vivificada, santificada e animada pelo Espírito do Ressuscitado, do Espírito que a move a falar as línguas de todos os povos (cf. At 2,1-13). Por todas estas razões, a Igreja é, essencialmente, não só Igreja de Deus e para Deus, mas também *Igreja-no-mundo e Igreja-para-o-mundo*.

2. Intenção fundamental da Constituição Pastoral

A intenção da *Gaudium et spes* é mostrar, em primeiro lugar aos fiéis católicos, mas também a todos os outros cristãos e a todos os homens de boa vontade, qual é a natureza e o sentido da “presença e da ação da Igreja no mundo contemporâneo” (2,1). A própria Constituição sintetiza sua finalidade nestes termos: “A Igreja [...] guiada pelo Espírito Santo, pretende somente uma coisa: continuar a obra do próprio Cristo que veio ao mundo para dar testemunho da verdade, para servir e não para ser servido” (3,2). A *missão* da Igreja no mundo é, portanto, um *serviço* ao mundo. “O povo de Deus e a humanidade, na qual ele se insere, prestam-se serviços mútuos. De tal maneira que a missão da Igreja se manifesta como religiosa, e por isso mesmo, humana no mais alto grau” (11,3).

“Por isso mesmo”, diz o Concílio. De onde se segue que a missão da Igreja não pode ser entendida nem vivida dualisticamente². O maior e o melhor serviço que a Igreja pode prestar ao mundo é o da vivência — não individualista e intimista, mas traduzida em atitudes e ações concretas — de sua fé, de sua esperança e de seu amor, recebidos de

² Etimologicamente, “religião” significa a relação que “re-liga” o homem, em toda sua extensão e profundidade ônticas, com Deus. A religião abrange, portanto, todas as dimensões da existência humana e não só aspectos ou âmbitos delimitados.

Deus como puro dom. A Constituição expressa-se a este respeito nos seguintes termos: "A influência que a Igreja pode desempenhar sobre a sociedade humana atual consiste na fé e caridade, levadas à prática na vida, e não no exercício de algum domínio externo, através de meios meramente humanos" (42,3).

Essa atitude de serviço humilde e universal, quando é assumida como exigência do seguimento de Cristo e é praticada de maneira concreta, corta pela raiz qualquer tentação de triunfalismo. O Concílio reconhece de maneira clara que a Igreja "não tem sempre de pronto respostas para todos os problemas" (33,2). Com a mesma clareza volta a expressar-se sobre este mesmo tema mais adiante: "Os leigos [...] não julguem serem os seus pastores sempre tão competentes que possam ter de pronto uma solução concreta para toda questão que surja, mesmo grave, ou que seja esta a missão deles" (43,2).

Sem renunciar à sua missão de ensinar (cf. Mt 28,19-20), sem deixar de ser *Ecclesia docens*, a Igreja é também *Ecclesia discens*; e, portanto, *Ecclesia quaerens*, Igreja sempre em busca. Por isto, para poder realizar sua missão é imprescindível que ela entre em diálogo com o mundo contemporâneo. Será através do diálogo que a Igreja poderá conhecer quais são "as angústias e as esperanças" dos homens contemporâneos, quais são os problemas que os preocupam até a angústia e quais são os seus mais profundos anseios. Será também através do diálogo que ela, iluminada pela fé e pelo amor, poderá mostrar ao mundo sua visão desses problemas. A Igreja — sublinha a *Gaudium et spes* — entra em diálogo com o homem contemporâneo "à luz do Evangelho e da experiência humana" (46,1). Um dos serviços mais importantes que ela pode e deve prestar ao mundo contemporâneo, guiada por essa luz, é precisamente o do discernimento de "certas necessidades atuais de maior urgência e que mais atingem o gênero humano" (46,1)³.

3. Afirmação da unidade e superação do dualismo

A Constituição Pastoral quer, mais particularmente, mostrar aos cristãos as razões pelas quais devem participar na construção da cida-

³ Na conclusão da Constituição, a atitude e as propostas de diálogo voltam a ser situadas na perspectiva do serviço: "As propostas feitas por este Sagrado Sínodo, tiradas do tesouro da doutrina da Igreja, pretendem ajudar todos os homens dos nossos tempos, os que crêem em Deus e os que não O admitem explicitamente, para que, percebendo com mais clareza sua vocação integral, construam um mundo mais de acordo com a dignidade eminente do homem, aspirem a uma fraternidade universal mais espalhada e correspondam, sob o impulso do amor, com esforço generoso e comunitário às exigências urgentes de nossa época" (91,1).

de terrestre e oferecer diretrizes fundamentais que possam orientá-los e iluminá-los na busca de solução para os grandes problemas do mundo atual. Em reação legítima e necessária contra o dualismo teórico, e sobretudo prático, vivido ainda pela maioria dos cristãos, a Constituição rejeita decidida e inequivocamente as diversas formas de dualismo entre fé cristã e existência histórica, "inaceitável para o pensamento e nefasto para a ação" (M. D. Chenu).

Entre os numerosos textos que denunciam esse dualismo e mostram as razões pelas quais ele é inaceitável e deve ser superado, escolhemos, para uma análise teológica mais aprofundada, o parágrafo primeiro do nº 43, um dos mais densos e incisivos da Constituição.

"O Concílio exorta os cristãos, cidadãos de uma e outra cidade, a procurarem desempenhar fielmente os seus deveres terrestres guiados pelo espírito do Evangelho. Afastam-se da verdade os que, sabendo não termos aqui cidade permanente, mas buscarmos a futura, julgam, por conseguinte, poderem negligenciar os seus deveres terrestres, não advertindo que estão mais obrigados a cumpri-los, por causa da própria fé, de acordo com a vocação à qual cada um foi chamado. Não erram menos aqueles que, ao contrário, pensam poder entregar-se de tal maneira aos negócios terrestres, como se eles fossem absolutamente alheios à vida religiosa, julgando que ela consiste somente nos atos de culto e no cumprimento de alguns deveres morais. Esta separação entre a fé professada e a vida cotidiana de muitos deve ser enumerada como um dos erros mais graves do nosso tempo. Os profetas do Antigo Testamento já refutavam com veemência esse escândalo. E, no Novo Testamento, o próprio Jesus Cristo o ameaçava muito mais com graves penas. Portanto não sejam incorretamente apresentadas como opostas entre si as atividades profissionais e sociais de uma parte, e de outra, a vida religiosa. O cristão que negligencia os seus deveres temporais, negligencia os seus deveres para com o próximo e para com o próprio Deus, colocando em perigo a sua salvação eterna. Alegrem-se antes os cristãos, seguindo o exemplo de Cristo, que exerceu a profissão de operário, porque podem desempenhar todas as suas atividades terrestres, unindo os esforços humanos, domésticos, profissionais, científicos ou técnicos, em uma síntese vital com os valores religiosos, sob cuja altíssima direção todas as coisas são coordenadas para a glória de Deus".

Fundamentação da afirmação da unidade

a) Amor que se encarna no mundo

É necessário, diz o Concílio, que os cristãos desempenhem com a máxima fidelidade as suas tarefas terrestres guiados pelo espírito do

Evangelho. Ora, o Evangelho que os cristãos acolhem e devem viver e testemunhar só produz frutos de salvação quando se encarna na história segundo a lei da encarnação do próprio Jesus Cristo. A singularidade do cristianismo, escandalosa para os "judeus" e para os "gregos" de todos os tempos, está na Encarnação: "O Verbo se fez carne e armou sua tenda no meio das nossas tendas" (Jo 1,14). E o motivo primeiro e último da Encarnação está no amor de Deus à humanidade. "Deus amou tanto o mundo que entregou seu Filho único, para que todo o que nele crê não pereça, mas tenha a vida eterna. Pois Deus não enviou o seu Filho ao mundo para condenar o mundo, mas para que o mundo seja salvo por ele." (Jo 3,16-17). "Nisto se manifestou o amor de Deus entre nós: Deus enviou o seu Filho unigênito ao mundo para que vivamos por ele." (1Jo 4,9). Sem encarnação no mundo dos homens, não há salvação.

A consequência que se segue desse amor de Deus por nós, consequência que a primeira carta de João não se cansa de repetir é: "Se Deus assim nos amou, devemos, nós também, amarmo-nos uns aos outros" (1Jo 4,11). Amarmo-nos, não de palavra nem de língua, mas com um amor que mostra sua verdade nas ações (cf. 1Jo 3,18). A lógica e a conclusão são as mesmas: a fé cristã é uma fé encarnada na carne do mundo, na trama da história, e não uma superestrutura alienada e alienante. *Reduzir* a fé cristã a um conjunto de verdades teóricas ou a uma moral de preceitos, é destruí-la.

b) Tensão gerada pela esperança escatológica

A esperança escatológica cristã na vinda de "um novo céu" e de "uma nova terra" (Ap 21,1) não pode ser vista como fundamento para a fuga ou o menosprezo desta terra. A mesma Constituição Pastoral que afirma em várias passagens a transcendência do Reino, que sua vinda é dom de Deus, afirma igualmente, já no primeiro parágrafo, que a Igreja é solidária com as alegrias e as tristezas, com as angústias e esperanças dos homens de hoje; que tudo o que é verdadeiramente humano ressoa no coração dos verdadeiros discípulos de Cristo na forma de compaixão, de solidariedade e de comunhão⁴.

⁴ "As alegrias e as tristezas, as angústias e as esperanças dos homens de hoje, principalmente dos pobres e de quaisquer aflitos, são também as alegrias e as tristezas, as angústias e as esperanças dos discípulos de Cristo. Não se encontra nada verdadeiramente humano que não lhes ressoe no coração. Com efeito, a comunidade deles se constitui de homens que, reunidos em Cristo, são dirigidos pelo Espírito Santo na sua peregrinação para o Reino do Pai. Eles aceitaram a mensagem da salvação que deve ser proposta a todos. Por esta razão, a comunidade desses discípulos sente-se na verdade solidária com o gênero humano e sua história" (GS 1).

O cristão que se esforçar por viver sua fé de maneira consciente e coerente, sentir-se-á inevitavelmente distendido entre a "cidade terrestre" e a "cidade celeste". Distendido, não dividido, pois entre as "duas cidades" há distinção e distensão, não divisão dicotômica; há dualidade, não dualismo. É justamente a distinção a que gera entre os dois pólos constitutivos da autêntica existência cristã uma tensão dialética na qual a esperança escatológica, nunca satisfeita, deve dinamizar e renovar incessantemente a ação do cristão no mundo criado e amado por Deus, mas ferido e distorcido pelo pecado do homem.

Na sua missão de servir e libertar os homens, o cristão tem uma razão e uma força próprias para esperar contra toda esperança, para não desfalecer diante das tentações do desânimo ou da sensação de impotência. Ele tem os olhos da fé fixos no Cristo morto e ressuscitado por todos (cf. 2Cor 5,15-16). Ele sabe que Jesus Cristo é "a chave, o centro e o fim de toda a história da humanidade" (GS 10,2); "alfa e ômega, o primeiro e o último, o começo e o fim" (Ap 22,13); "o mesmo ontem e hoje e por toda a eternidade" (Hb 13,8). Nas palavras de Paulo VI, citadas pela *Gaudium et spes*, o Senhor Jesus "é o fim da história humana, ponto para o qual convergem as aspirações da história e da civilização, centro da humanidade, alegria de todos os corações e plenitude de todos os seus desejos" (45,2).

c) Sementes terrestres do Reino celeste

O Concílio retoma uma e outra vez este tema numa série de variações.

"A esperança de uma nova terra não deve atenuar, mas antes impulsionar, a solicitude pelo aperfeiçoamento desta terra, onde cresce o corpo daquela nova família humana que já pode apresentar algum esboço do novo século. Por isso, ainda que o progresso terreno deva ser cuidadosamente distinguido do crescimento do Reino de Cristo, é contudo de grande interesse para o Reino de Deus, na medida em que pode contribuir para organizar melhor a sociedade humana." (39,2).

"Os cristãos — volta a afirmar a Constituição na segunda parte — peregrinando para a cidade celeste, devem procurar e saborear as coisas do alto. Isto, contudo, longe de diminuir, antes aumenta a importância da missão que eles têm de desempenhar, juntamente com todos os homens, na construção de um mundo mais humano." (57,1).

A significação da história humana para a construção do Reino é ainda fundamentada pelo Concílio quando afirma, remetendo a 1Cor 13,8; 3,14; 15,42.53, que na nova terra que Deus prepara "permanecerão a caridade e suas obras"; o que desaparecerá será a servidão da

vaidade das criaturas, quando "o que foi semeado na fraqueza e na corrupção se revestir de incorrupção" (39,1). No último parágrafo do mesmo número, o dualismo é superado pela afirmação, fundamentada e dinamizada a partir da teologia da Trindade, da unidade na descontinuidade entre os bens, frutos da natureza e do trabalho humano, e os mesmos bens transfigurados.

"Os bens da dignidade humana, da comunhão fraterna e da liberdade, todos estes bons frutos da natureza e do esforço humano, depois de os propagarmos na terra, no Espírito do Senhor e de acordo com seu mandato, nós os encontraremos novamente, limpos contudo de toda impureza, iluminados e transfigurados, quando Cristo entregar ao Pai o Reino eterno e universal." (39,3).

Afirmar que nada se perde do que é feito com amor, significa que o próprio empenho na transformação deste mundo, quando é motivado e dinamizado pelo amor a Deus e aos homens, ao mesmo tempo que transforma o mundo, semeia e faz germinar no coração dos que propagam o bem, e no coração do mundo, as sementes incorruptíveis do Reino de Deus.

d) Unidade entre o amor a Deus e o amor aos homens

Para fundamentar a unidade entre fé cristã e compromisso nas tarefas terrestres, a Constituição Pastoral recorre repetidas vezes ao argumento da unidade entre o amor a Deus e o amor ao próximo. "O amor de Deus e do próximo é o primeiro e máximo mandamento. Mas a Sagrada Escritura nos ensina que o amor de Deus não se pode separar do amor do próximo" (24,2). Ainda no mesmo capítulo, a Constituição vê a superação de uma ética individualista e a prática de uma ética de responsabilidade e de participação como conseqüências necessárias da comunidade de origem e de destino de todos os homens. A origem e a vocação comuns de todos os homens exigem de cada um deles a entrega a Deus e aos irmãos na forma de serviço (cf. 30).

A motivação para o engajamento na promoção do homem — através da pesquisa científica, da atividade técnica, da criação e difusão da cultura, numa palavra, do trabalho — não deve ser a busca do proveito próprio, mas o que faz crescer a comunhão e fraternidade entre os homens. O Concílio afirma que há uma "semelhança entre a união das pessoas divinas e a união dos filhos de Deus na verdade e no amor. Essa semelhança —continua o Concílio— manifesta que o homem, a única criatura na terra que Deus quis por si mesmo, não pode se encontrar plenamente senão pelo dom sincero de si mesmo" (24,3).

A grandeza e a dignidade do homem não podem consistir portanto em girar solitária e egocentricamente em torno do próprio eu, mas em viver a relação de entrega e de serviço ao outro. O próprio Verbo de Deus, que se encarnou e habitou no meio de nós, "nos revela que 'Deus é amor' (1Jo 4,8) e nos ensina que a lei fundamental da perfeição humana, e portanto da transformação do mundo, é o mandamento novo do amor. Por conseguinte, aos que crêem no amor de Deus, dá-lhes a certeza de que abrir o caminho do amor para todos os homens e o esforço para a instauração da fraternidade universal não são inúteis." (38,1; cf. 72,2; 88,1).

A unidade entre serviço a Deus e serviço aos homens converte todas as dimensões da atividade humana, quando ela é dinamizada por esse amor e por esse serviço, em manifestações da glória de Deus. O longo parágrafo do nº 43, que nos serviu de ponto de partida e de fundamento para estas reflexões, termina significativamente nesta linha, exortando os cristãos a construir uma "síntese vital" entre fé e atividade secular, "seguindo o exemplo de Cristo", "para glória de Deus".

Fundamentação da rejeição do dualismo

Depois de exortar positivamente os cristãos a viverem a unidade entre "espírito evangélico" e "fidelidade às tarefas terrestres", o Concílio, por ser consciente dos efeitos nefastos para a vida de fé dos próprios cristãos e para a credibilidade da fé diante dos não cristãos, rejeita, numa linguagem vigorosa e taxativa, tanto o dualismo de tipo sobrenaturalista, para o qual a salvação tem lugar num mundo à parte do mundo real dos homens, quanto o dualismo naturalista, o qual, no extremo oposto, só dá valor às realidades terrestres e reduz a "vida religiosa" à prática externa de alguns atos de culto e ao cumprimento de alguns deveres morais.

a) A fé cristã não pode ser vivida "fora", "à margem" ou "por cima" do mundo e da história dos homens.

Não há nenhuma razão que justifique para o cristão a cisão dualista entre a esperança escatológica da fé cristã e as esperanças dos homens que lutam para construir um mundo mais humano e mais fraterno. Pelo contrário, é precisamente a fé na plenitude escatológica que deve fomentar ou dinamizar criticamente sua luta pela libertação progressiva, e nunca acabada, das diversas formas de injustiça e de opressão que humilham e desfiguram o rosto do homem. O "sim" dado à vocação cristã leva à plenitude o "sim" dado à vocação do homem.

b) Compromisso radical e crítico com a construção do mundo

Pelas razões indicadas, o compromisso do cristão com a construção de um mundo mais livre, mais justo, mais fraterno, deve ser um sim total, e não um sim parcial ou dividido. Deve ser total, por ser a expressão prática da exigência absoluta do amor a Deus e aos homens; e o amor não admite divisões. Deve ser ao mesmo tempo um sim crítico, porque também no mundo atual estão presentes e atuantes as forças sedutoras e destrutoras "deste mundo"; do mundo que, ao querer afirmar-se auto-suficiente, separado de Deus e em oposição a Ele, acaba escravizando e destruindo o homem. O caminho para vencer os "poderes e potestades deste mundo" não é, porém, o da fuga do mundo, mas o do dinamismo e da força (*virtus*) da fé que, inserida no mundo, sabe discernir o que liberta e o que escraviza o homem; de uma fé que, "operando pela caridade" (Gl 5,6), põe-se ao serviço do homem.

O dinamismo do amor cristão, sustentado e alimentado pela fé, tem de ser inserido no *ethos* do mundo moderno, mundo marcado pela ciência e pela técnica, pela chamada "razão instrumental", por um lado; e marcado também, por outro, pela fome e pela sede de justiça e de libertação. O Evangelho do amor gratuito, do amor que dá vida servindo e morrendo, tem que vivificar, a partir de dentro, o mundo concreto em que vivemos para que ele seja cada dia mais uma habitação mais digna para o homem. Assim, engajado medularmente no mundo, poderá o cristão exercer sua iniludível função crítica para que o mundo não sucumba à tentação permanente de fechar-se em si mesmo e de fechar-se a Deus, tornando-se conseqüentemente um mundo que oprime e escraviza o homem.

A conversão ao Evangelho é ao mesmo tempo ruptura com o "mundo", que se fecha na sua pretendida auto-suficiência, e presença ativa no mundo novo criado, amado e remido por Deus, mas que deve ser sempre de novo levedado pela força do fermento evangélico. Toda verdadeira con-versão ao Evangelho conduz, de uma ou de outra maneira, à sub-versão das estruturas injustas e à criação de estruturas mais justas como mediações para o serviço, a comunhão e a libertação do homem.

c) Rejeição do dualismo como resposta ao fenômeno do ateísmo moderno

Um dos lugares onde a Constituição Pastoral rejeita de maneira mais enfática o dualismo entre a "cidade celeste", permanente, e a "cidade terrestre", passageira, é nos números que tratam do fenômeno do ateísmo moderno (cf. 19-21). O Concílio não aceita os pressu-

postos do ateísmo de tipo humanista, segundo o qual a liberdade e a dignidade do homem seriam incompatíveis com a afirmação de Deus. Afirma, pelo contrário, que "a esperança escatológica não diminui a importância das tarefas terrestres, mas antes fundamenta o seu cumprimento com motivos novos." (21,3). O dualismo é igualmente rejeitado quando o Concílio, no mesmo número, exorta os cristãos a traduzir concretamente na vida, pelas obras da "justiça e do amor, sobretudo para com os necessitados", sua "fé viva e adulta" (cf. 21,5).

"Ainda que rejeite absolutamente o ateísmo, a Igreja contudo declara com sinceridade que todos os homens, crentes e não-crentes, devem prestar sua contribuição à construção adequada deste mundo, no qual vivem comunitariamente." A mesma Igreja "postula que seja dada também aos crentes a liberdade de construir neste mundo o templo de Deus" (21,6). A mensagem cristã proclamada pela Igreja, "longe de diminuir o homem, difunde luz, vida e liberdade para o seu progresso" (21,7).

A oposição entre o poder de Deus, por um lado, e o poder, a responsabilidade e as conquistas do homem na dominação do mundo, por outro, é de novo rejeitada no n° 34: "A mensagem cristã não afasta os homens da construção do mundo nem os impele a negligenciar o bem de seus semelhantes, mas os obriga mais estreitamente por dever a realizar tais coisas." (34,3; cf. 36,2; 57,1,2).

Os próprios fiéis — reconhece o Concílio — são muitas vezes parcialmente responsáveis pelo ateísmo dos que rejeitam voluntariamente a Deus, porque com o seu modo de compreender e viver a fé, velam mais do que revelam o verdadeiro rosto de Deus (cf. 19,3). O dualismo denunciado pela *Gaudium et spes* é justamente uma dessas formas falsas de conceber e de viver a fé.

d) Rejeição do dualismo entre "deveres religiosos" e "deveres profanos"

A forma de dualismo mais amplamente analisada e mais contundentemente rejeitada pelo Concílio é a que reconhece a existência de "deveres religiosos" e "deveres profanos", mas concebe-os como pertencendo a dois âmbitos independentes um do outro. Ora, quando a atividade cotidiana do cristão no mundo é vista e vivida como "totalmente estranha à vida religiosa", faz-se da fé e da existência cristã uma caricatura irreconhecível.

Uma "vida religiosa" reduzida a uma série de "práticas religiosas" formais, das quais o fundo do coração está ausente, não é uma vida de fé cristã. Uma fé que não tem nenhuma influência na vida concreta de

cada dia é uma fé morta. E como ninguém está disposto a carregar um cadáver durante a vida inteira, como ninguém que tiver um mínimo de lucidez e de honestidade suporta viver por muito tempo cindido em dois mundos que não se comunicam — de um lado, o mundo das tarefas e dos rostos concretos, do trabalho profissional, da família, dos amigos e do lazer; de outro, o de sentimentos religiosos aéreos, no qual a pessoa entre só em alguns momentos (ao longo do ano, por ocasião de um batizado, de um casamento ou de um funeral; ao longo da semana, para “assistir” à missa aos domingos; talvez ao longo do dia, para recitar uma oração ou executar algum gesto ritual ao deitar-se ou ao levantar-se), essas formas de dualismo acabam se tornando ritos vazios ou simplesmente morrem de inanição. Para viver uma existência cristã digna deste nome é necessário conciliar, numa unidade superior, a vida de fé e a vida cotidiana.

Ao cristão também não lhe é permitido o refúgio num mundo intimista que se fecha inexpugnavelmente contra os ataques do mundo duro e conflitivo de cada dia, ou num espaço interior justaposto ao âmbito das atividades profanas, no qual a fé não tem absolutamente nada a dizer. Encerrar a “vida cristã” nos santuários da vida privada pode parecer confortável para determinadas pessoas. Na realidade, é uma forma de dualismo que acaba desembocando lógica e inelutavelmente no ateísmo prático.

Todas essas formas de dualismo são a negação da fé no Deus dos Patriarcas e dos Profetas, no Deus que se revela e se entrega ao seu povo e que faz aliança com ele dentro da história desse povo. São igualmente a negação do Deus de Jesus Cristo, que assumiu todas as dimensões da nossa história ao assumir a nossa carne. O Deus da fé cristã é um Deus que atua, que interpela, que chama, que exige respostas e atitudes dos homens no lugar em que eles se encontram.

Por tudo isto, o Concílio afirma que a ruptura entre a vida de fé e a vida secular “deve ser enumerada entre os erros mais graves do nosso tempo”, que ela é um “escândalo” veementemente condenado pelos Profetas do Antigo Testamento e mais ainda no Novo Testamento, onde o próprio Jesus Cristo o ameaça com graves penas.

Concretizações da unidade entre o amor a Deus e ao próximo

Todo cristão, pessoalmente e como membro do povo de Deus, é responsável, por ação ou por omissão, da vida na “cidade terrestre”. Com outras palavras, todo cristão tem uma responsabilidade na *pólis*,

uma responsabilidade política. A carta de Paulo VI *Octogesima adveniens*, de 14 de maio de 1971, mostra justamente essa responsabilidade social e política dos cristãos.

Ficou célebre a afirmação de Pio XI, na alocução de 18 de dezembro de 1927 à F.U.C.I., de que a política é a forma mais elevada de caridade. De fato, no mundo de hoje a caridade cristã não pode limitar-se ao "próximo" no sentido etimológico de vizinho. Hoje nosso "próximo" pode estar distante de nós centenas ou milhares de quilômetros. E, contudo, podemos amá-lo e ajudá-lo de maneira real através da criação ou da reforma das estruturas comunitárias, sociais, políticas e econômicas. No mundo progressivamente tecnificado e socializado da "aldeia global", o amor ao próximo, para ser real e eficaz, tem que encarnar-se em estruturas e instituições complexas, e tem que percorrer longos e complexos caminhos para poder chegar ao "próximo"⁵.

"Descendo às conseqüências práticas e mais urgentes, o Concílio inculca o respeito ao homem; que cada um respeite o próximo como outro eu, sem se excetuar nenhum" (27,1). No parágrafo seguinte é indicado, ainda mais concretamente, quem é o próximo ao qual temos que amar servindo-o, já que o amor e o serviço prestados ou não a ele são o amor e o serviços prestados ou não ao próprio Cristo, e desse nosso comportamento prático para com ele vai depender a nossa salvação ou condenação.

"Sobretudo nos nossos tempos, é urgente a obrigação de nos tornarmos próximos de qualquer homem indistintamente, correndo-lhe ao encontro para servir com diligência, seja ele um velho abandonado por todos, ou um operário estrangeiro injustamente desprezado, ou um exilado, ou uma criança nascida de uma união ilegítima sofrendo imerecidamente por um pecado que não cometeu, seja um faminto que interpela a nossa consciência recordando a voz do Senhor: 'Todas as vezes que fizestes isto a um destes meus irmãos mais pequeninos foi a mim que o fizestes' (Mt 25,40)." (27,2).

O mesmo número 27 termina com um longo parágrafo no qual são enumerados uma série de atentados contra a vida e a dignidade do homem e que são diariamente cometidos em todo o mundo.

⁵ "O caminho é longo para encontrar a 'proximidade', mas é uma verdadeira proximidade; o amor caminha pelas estradas longas das máquinas de transporte, dos organismos de justiça distributiva, dos aparelhos administrativos; pelos menos deveriam caminhar, se o cristão tiver um mínimo de clarividência evangélica" (M. D. CHENU, *Peuple de Dieu dans le monde*, Paris, 1966, 112).

"Além disso, tudo o que atenta contra a própria vida, como os homicídios de qualquer espécie, o genocídio, o aborto, a eutanásia e o próprio suicídio voluntário; tudo o que viola a integridade da pessoa humana, como são as mutilações, as torturas infligidas à alma e ao corpo e as tentativas de dominação da própria mente alheia; tudo o que ofende a dignidade humana, como são as condições infra-humanas de vida, os encarceramentos arbitrários, as deportações, a escravidão, a prostituição, o mercado de mulheres e jovens e também as condições degradantes de trabalho, onde os operários são tratados como meros instrumentos de lucro e não como pessoas livres e responsáveis; todas estas coisas e outras semelhantes são efetivamente dignas de censura. E enquanto elas impregnam a civilização humana, mancham mais os que se comportam dessa maneira, do que aqueles que padecem tais injúrias. E contradizem sobremaneira a honra do Criador." (27,3).

Ao afirmar que todas estas e outras muitas formas de destruição e de humilhação do homem "são totalmente contrárias à honra do Criador", o Concílio está afirmando de novo a unidade inseparável entre o amor ao homem e o amor a Deus. Para ser cristão não basta professar verbalmente a fé, mas é necessário que ela se torne operativa pelo amor, que se torne histórica, que se encarne no serviço concreto aos homens de carne e osso. Só assim a caridade fraterna será uma virtude teologal e não uma ilusão. Quando o trabalho pela construção de um mundo mais humano, mais solidário e mais fraternal, está motivado e dinamizado por um amor assim, ele é um ato intrinsecamente religioso porque é um ato de obediência, de serviço e de culto ao verdadeiro Deus.

Endereço do Autor:
Av. Dr. Cristiano Guimarães, 2127
31720-300 Belo Horizonte —MG